

Incêndios: combate aos lóbis “só depende da vontade política”

20 de Outubro, 2017

O membro da comissão técnica para a análise dos fogos que deflagraram em Pedrógão Grande e Góis, Paulo Fernandes, disse à Lusa que “o combate aos lóbis da Proteção Civil e bombeiros é somente uma questão de decisão política”.

“Outros países fizeram-no. A Galiza fez isso há 30 anos”, frisou o professor no Departamento de Ciências Florestais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), reiterando que essa decisão é “uma questão de organização que só depende da vontade política”. “Os políticos têm as suas clientelas”, acrescenta o investigador, “e é aí que vão buscar os seus votos, portanto é sempre difícil fazer estas mudanças estruturais que afetam um setor que é tão importante, especialmente a nível local e a nível municipal”.

Paulo Fernandes aponta que “as deficiências de combate aos fogos, principalmente aos “têm muito a ver com o facto de a nossa doutrina de combate aos fogos maiores, já foram diagnosticadas desde há muitos e muitos anos, para não dizer décadas. Há variadíssimos relatórios”, sublinhou, considerando que as falhas na prevenção de fogos florestais incêndios têm evoluído de princípios de proteção civil e não de defesa da floresta.”

Para o investigador, que contribuiu para as recomendações da comissão técnica independente para a análise dos incêndios de Pedrógão Grande e Góis, que defende também o incremento de meios aéreos, é necessário “encontrar um compromisso e é por isso que na proposta se faz a separação do que é o combate aos fogos florestais e o que é a defesa de vidas e casas, porque o nosso sistema atual de combate, baseado nas corporações locais de bombeiros, está vocacionado exatamente para isso.”

“Isto em oposição a métodos de raiz florestal, baseados na leitura do fogo, na leitura do comportamento do fogo, no uso de mais homens – mais homens com menos água, isto é, com mais ferramentas manuais, mais máquinas, *bulldozers*, ataque indireto ao fogo, com contrafogo”, exemplificou. O engenheiro florestal propõe ainda “uma outra forma de olhar para os incêndios”, baseada num sistema de combate que integre “competências que no sistema atual são escassas, ou não têm massa crítica. Esse conhecimento mais avançado tem a ver com a previsão, com a antecipação, e muito a ver com o aproveitar bem a informação meteorológica que existe e com a previsão do comportamento do fogo.”

“Desenhar formas mais eficazes de combater o fogo necessariamente requer formação mais avançada, mais completa, para abarcar essas competências e para atingir e contemplar mais pessoas, especialmente as que vão ter funções de comando”, frisou. “Em Bruxelas, está a ser preparado, e creio que vai avançar em breve, um sistema de qualificações, tal como existe para outras profissões. É um sistema de competências para os vários níveis de

conhecimento, ou os vários tipos de trabalho que são necessários num sistema de combate a incêndios”, explicou à Lusa, questionado quando a alínea do relatório da comissão técnica que recomenda que “o sistema português [de combate a fogos florestais] deveria integrar o perfil de qualificações europeu”.

**Foto de Reuters*